



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 041/2026- COMPRASGOV N.º 90041/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0068.008553.00157/2025-27
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
<b>UASG:</b>	927996
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO
<b>FORMA:</b>	ELETRÔNICO
<b>SRP:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	20/02/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09hs:15min
PERÍODO DE RETIRADA:	04/02/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Carolynne Renata Maia de Santana
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para contratação de serviço de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com motorista disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço

**Anexo III:** Minuta de Contrato

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

## 3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio

eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2.6.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria

técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do

licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is



entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link



“Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **Após a etapa de lances o pregoeiro (a suspenderá a sessão e encaminhará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar juntamente com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, ao Chefe da Divisão de Transportes na condição de representante do DETRAN/AC, responsável por analisar e expedir parecer técnico acerca da viabilidade e aceitabilidade da proposta de preços.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

### **11.3.1. Habilitação Jurídica**

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

### **11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### **11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### **11.3.4. Qualificação Técnica**

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 12 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares

(quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expreso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não

anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

### 15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

## **17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

17.1. Não se aplica.

## **18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

18.1. Não se aplica.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no ITEM 17 do Termo de Referência - Anexo I do Edital

## **20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**



21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

22.1. **Haverá** garantia de execução contratual, conforme disposto no ITEM 33.1 do Termo de Referência Anexo I deste Edital

## **23. DO TERMO DE CONTRATO**

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

24.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

## **26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

- 27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Adriano Santos da Silva**  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 03/02/2026, às 09:25, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019249666** e o código CRC **3C73847B**.

## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 132/2025/DETRAN - DLIC

Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

#### 1. OBJETO

1.1. Constitui como objeto a Contratação de serviço de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com motorista disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito.

#### 2. DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO OBJETO

DESCRIÇÃO DO OBJETO (A)	QTDE PARA REGISTRO (B)	ESTIMATIVA PARA CONTRATAÇÃO (C)	VALOR UNITÁRIO (D)	QUANTIDADE MESES (E)	QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO (F)	VALOR TOTAL PRA 12 MESES (G)
<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR</b> - Serviço de locação de veículo tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado ( <u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.	05	03	R\$	12	R\$	R\$

#### NOTA EXPLICATIVA

1.- O LICITANTE DEVERÁ CADASTRAR NO SISTEMA "COMPRASNET" O VALOR TOTAL DA **COLUNA (F)** (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO) .

2.- A **coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO)** se dar da multiplicação da **coluna D (VALOR UNITÁRIO)** e da **coluna E (QTDE DE MESES)**.

3.- A **coluna G (VALOR TOTAL PRA 12 MESES)** se dar da multiplicação da **coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO)** e da **coluna B (QTDE PARA REGISTRO)**. A FORMULAÇÃO DOS LANCES TAMBÉM DEVERÁ OBEDECER A ESTE MESMO CRITÉRIO.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação para a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência tem amparo legal amplo na Lei

Federal nº. 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como os Decretos Estaduais nº 5.965/2010, 11.363/2023, 7.477/2014 e 9.457/2018, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos e demais legislação pertinente ao processo.

#### 4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

4.1. A presente contratação tem por objeto a **locação de veículo tipo micro-ônibus, com motorista**, com capacidade mínima de 16 lugares, modelo/fabricação a partir de 2023, com seguro total, equipado conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e com motorista habilitado na categoria (D) e disponível para realizar deslocamentos, inclusive para o interior do Estado do Acre, sendo que todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem correrão por conta da contratada.

4.2. Tal contratação justifica-se pela necessidade contínua deste Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC – de atender às demandas de **transporte coletivo de servidores, equipes técnicas e materiais** em ações administrativas e operacionais, incluindo **programas e projetos de educação para o trânsito, campanhas itinerantes, mutirões de serviços, fiscalizações e demais atividades institucionais** desenvolvidas em Rio Branco e nos demais municípios do estado.

4.3. O uso de veículo locado, com as características especificadas, proporciona maior **segurança, agilidade, economia e eficiência operacional**, evitando a imobilização de recursos públicos com frota própria, manutenção, seguros, contratação de pessoal e reposição de peças. Ademais, o deslocamento para áreas de difícil acesso e em longas distâncias requer um veículo novo, em perfeito estado de conservação e com cobertura de seguro total, o que reforça a necessidade de exigência de modelo recente.

4.4. Ressalta-se ainda que a demanda é **recorrente e indispensável** para o cumprimento das atribuições institucionais deste Departamento, sendo, portanto, **essencial garantir a disponibilidade de transporte adequado e regular para atender à população com qualidade e eficiência**.

4.5. Dessa forma, a contratação da empresa especializada por meio de processo licitatório, conforme previsto na legislação vigente, mostra-se **a solução mais viável e vantajosa para a Administração Pública**, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

**1. Objeto:** Prestação de serviços de locação de veículo tipo micro-ônibus, por pessoa jurídica especializada.

**2. Condições do veículo:**

- Capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros;
- Ano de fabricação/modelo a partir de 2023;
- Veículo equipado conforme exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**3. Condições operacionais:**

- Disponibilização de condutor devidamente habilitado;
- Cobertura de seguro total;
- Disponibilidade para deslocamentos no interior do Estado, sendo todas as despesas (alimentação, hospedagem e manutenção) de responsabilidade exclusiva da contratada.

**4. Finalidade:** Atender às necessidades de transporte institucional do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, proporcionando segurança, conforto e regularidade nos deslocamentos de servidores e equipes técnicas.

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos do tipo micro-ônibus, devidamente equipado e com condutor habilitado, para atender às necessidades de transporte institucional do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC**.

6.2. O serviço abrangerá a disponibilização de veículos com as seguintes especificações:

- Capacidade mínima de 16 (dezesseis) passageiros;
- Ano de fabricação/modelo a partir de 2023;
- Cobertura de seguro total;
- Atendimento às normas e exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- Disponibilidade de condutor devidamente habilitado, incluso no contrato;
- Realização de deslocamentos para o interior do Estado, com todas as despesas (manutenção, alimentação e hospedagem do condutor) sob responsabilidade da contratada.

6.3. A contratação permitirá a execução de deslocamentos institucionais com segurança, conforto e eficiência, assegurando condições adequadas para o cumprimento das atividades finalísticas e administrativas do DETRAN/AC, sem a necessidade de investimentos em frota própria e sem sobrecarga na estrutura operacional do órgão.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Após análise técnica e administrativa, verificou-se que não há viabilidade de parcelamento do objeto. A solução deve ser contratada de forma integral, uma vez que se trata de serviço contínuo e indivisível de locação de veículos tipo micro-ônibus com condutor, que demanda padronização das condições contratuais, cobertura securitária e responsabilidade única da contratada quanto a manutenção, deslocamentos e demais despesas.

7.2. O parcelamento poderia gerar riscos à execução, tais como:

- **Dificuldade de padronização da frota**, prejudicando a qualidade e a segurança no transporte;
- **Responsabilidades difusas** entre diferentes fornecedores, especialmente no tocante a seguro total, manutenção e deslocamentos para o interior;
- **Elevação dos custos administrativos** para o DETRAN/AC na gestão de múltiplos contratos.

7.3. Portanto, conclui-se que a contratação deve ocorrer de forma unificada, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança jurídica para a Administração, além de garantir a prestação do serviço dentro dos parâmetros exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelas necessidades institucionais do DETRAN/AC.

## **8. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

8.1. **Pregão Eletrônico para Registro de Preços do tipo Menor Preço Por Item;**

## **9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **9.1. DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SRP**

9.1.1. A adoção ao Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade da aquisição de forma parcelada e pela imprevisibilidade em relação ao quantitativo demandado, o qual será conforme a necessidade do órgão, conforme incisos II e IV do artigo 303 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **9.2. INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DO SRP**

9.2.1. O DETRAN é o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

### **9.3. DOS ÓRGÃO E ENTIDADES PARTICIPANTES**

9.3.1. A participação de Órgãos ou entidades serão definidos conforme manifestação de interesse, após a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP.

### **9.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE SRP**

9.4.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado, a licitante vencedora e o DETRAN/AC poderão formalizar a Ata de Sistema de Registro de Preços.

9.4.2. O prazo de convocação, para assinatura da ata de SRP, poderá ser prorrogado uma vez por igual período, conforme condições indicadas no parágrafo 1º do art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **9.5. PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE SRP**

9.5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.

9.5.2. Ocorrendo a prorrogação da vigência da ata, poderá ser prorrogado a renovação dos quantitativos iniciais da ARP.

9.5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **9.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.**

9.6.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **9.7. DA FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.7.1. Serão registrados os preços na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme minuta da Ata de Registro, não obrigando o DETRAN/AC a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.7.2. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.



9.7.3. As demais disposições que regulam o uso da Ata de Registro de Preços estão definidas na minuta da Ata, anexo do TR.

#### **9.8. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA (ART. 307 DO DECRETO ESTADUAL Nº. 11.363/2023)**

9.8.1. Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura.

9.8.2. Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento.

9.8.3. Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver.

9.8.4. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) Os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

9.8.5. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

9.8.6. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada.

9.8.7. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente.

9.8.8. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes.

9.8.9. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços.

9.8.10. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços.

9.8.11. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços.

9.8.12. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP.

9.8.13. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados.

9.8.14. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV.

9.8.15. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam.

9.8.16. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços.

9.8.17. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços.

9.8.18. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível.

9.8.19. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso.

9.8.20. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes.

9.8.21. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento dos itens pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e

9.8.22. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.

#### **10. PROPOSTA**

10.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de **todas as condições do edital**;

10.2. Na proposta de preços deverá constar a discriminação detalhada do Veículo, tipo, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, impostos, tributos, taxas, fretes, transportes, licenciamento, emplacamento e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre os serviços, ainda que não estejam registrados nestes documentos, conforme detalhado no **ANEXO I deste Termo de Referência**;

10.3. Ao formular a proposta de preços, os licitantes deverão atentar-se para que o valor unitário do item ofertado, seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas

decimais e dificuldade na emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

10.4. A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar juntamente com a proposta DE PREÇOS, as planilhas de composição de custos e formação de preços, explicitando o preço unitário por veículo locado conforme modelo (Anexo I), se constituindo no parâmetro de aceitabilidade dos preços ofertados na licitação.

10.5. Após a etapa de lances o pregoeiro (a suspenderá a sessão e encaminhará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar juntamente com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, ao Chefe da Divisão de Transportes na condição de representante do DETRAN/AC, responsável por analisar e expedir parecer técnico acerca da viabilidade e aceitabilidade da proposta de preços.

10.6. **Julgamento e Aceitação:**

10.6.1. Será considerada vencedora, a empresa, cuja proposta contenha o menor valor por item e, desde que, atenda todas as exigências contidas neste Termo, bem como, no Edital do Pregão;

10.6.2. O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

10.6.3. O julgamento das propostas obedecerá ao seguinte critério:

10.6.3.1. **Menor Preço Por Item.**

## 11. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. Para fins de habilitação jurídica, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

11.2. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto licitado (locação de veículos, reboque, transporte ou atividade correlata);

11.3. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

11.4. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e cooperativas, acompanhados de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

11.5. **Caso a licitante participe da licitação por meio de filial**, deverá comprovar que esta detém poderes contratuais para representá-la, mediante apresentação dos documentos específicos.

11.6. Todos os documentos deverão estar em plena vigência, conter as alterações contratuais consolidadas e demonstrar a legal representação da empresa para fins de assinatura do contrato.

## 12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Qualificação Técnica deverá ser comprovada pela empresa proponente mediante: Atestado de capacidade técnica, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, com o objeto deste Termo de Referência, **podendo ser exigido** da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

12.2. Apresentar declaração formal de sua disponibilidade de recursos necessários para o atendimento do objeto de licitação.

## 13. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. A documentação de qualificação econômico-financeira será restrita à apresentação da seguinte documentação:

13.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

13.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.4. O documento referido no item 10.2 limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.5. Os documentos mencionados nos itens 10.2 e 10.3 poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração

13.6. Será exigido capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme dispõe o § 4º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

## 14. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.1. Tais documentações deverão ser aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na

forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

## 15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas estimadas para a contratação do serviço, objeto deste Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação:

- Programa de Trabalho: 45.05.00.00 – Manutenção das atividades administrativas e operacionais.
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- Fonte de Recursos: 17530700 – Recursos Provenientes de Taxas e Preços Públicos.

## 16. DO LOCAL, PRAZO E REQUISITOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO.

16.1. Para o serviço de locação dos veículos, objeto deste Termo, a entrega deverá obedecer aos seguintes requisitos:

16.1.1. A primeira entrega deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

16.1.2. As entregas dos veículos, será feita mediante as mesmas especificações e no endereço indicado neste Termo de Referência;

16.1.3. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, **incluindo o pagamento de impostos, tributos, taxas, fretes, transportes, licenciamento, emplacamento e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o serviço, ainda que não estejam registrados nestes documentos;**

16.1.4. **Compete ao DETRAN o desempenho das atividades de inspeção** de veículos automotores, em conjunto com a unidade adquirente, e do seu emplacamento/registro junto aos órgãos, devendo ter como Ano/Modelo de fabricação o indicado no edital da licitação;

16.1.5. O veículo a ser locado deverá ser seminovo ou novo, **com ano e modelo de fabricação no mínimo de 2023** ;

16.1.6. As empresas que não cumprirem o prazo estipulado sofrerão as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.1.7. Proceder à entrega do veículo/serviço de acordo com o proposto na licitação no local indicado:

**a) Divisão de Transportes, situado na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, CEP 69919-600;**

16.1.8. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto, incluindo o pagamento de impostos, taxas e emolumentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas que houver;

16.2. **Do recebimento provisório:**

a) O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega do objeto acompanhado da assinatura de servidor designado, em requisição de entrega, canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a.1) Os veículos deverão estar em plenas condições de funcionamento, sem sinais externos de avaria de transporte;

a.2) As condições dos veículos deverão estar em conformidade com este Termo e com as normas técnicas vigentes;

16.3. **Do recebimento definitivo:**

16.3.1. O recebimento definitivo dos bens contratados, deverá ser efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, por representante designado pela Administração para este fim, e ocorrerá apenas após a verificação da conformidade com as especificações e também após satisfeitas as condições abaixo:

a) Compatibilidade do serviço entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como, na proposta da empresa fornecedora;

b) Conformidade do documento fiscal, quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preço unitário e total;

c) Após verificação física que constate a integridade do material;

16.3.2. Os atrasos na prestação dos serviços e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo ser aplicadas as sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas;

## 17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, exceto

a permissão de SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de registro, licenciamento e emplacamento, bem como os serviços de transporte dos veículos até os endereços de entrega indicado neste Termo de Referência, e ainda a subcontratação dos serviços de instalação de acessórios. Os serviços deverão ser realizados por rede autorizada pela fabricante, sem qualquer comprometimento da garantia.

## **18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

18.1. Não será permitida.

18.2. A fim de atender a disposição do art. 94, V do Decreto 11.363/2023:

Art. 94. **O TR será documento obrigatório para todos os processos licitatórios** e contratações diretas destinados à aquisições de bens e contratação de serviços, devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:

(....)

V - **previsão da vedação ou da participação de empresas sob a forma de consórcio** no processo de contratação e justificativa para o caso de vedação;

18.3. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente processo licitatório. A colocação à participação de consórcios é fundamentada na natureza do objeto licitado, que não exige a atuação conjunta de empresas para sua plena execução. Considerando que a prestação de serviços pode ser realizada de forma eficiente por empresas individuais, essa restrição visa garantir maior celeridade e efetividade na execução contratual, bem como facilitar a fiscalização, a gestão administrativa do contrato e a responsabilização direta da contratada pelo cumprimento de suas obrigações.

18.4. Acerca das Cooperativas, por sua vez, atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

## **19. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

19.1. **No valor da proposta apresentada deverão estar incluídos TODOS OS CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS o que já inclui o condutor e todos os seus encargos pertinentes à prestação do serviço.**

19.2. **As despesas com deslocamento do condutor, para os municípios, serão pagas pela contratada e deverão estar incluídas dentro da proposta apresentada pela empresa.**

19.3. O veículo deve estar em plena disposição do CONTRATANTE sem limite de quilometragem.

19.4. Em caso comprovado de danificação dos **veículos** por defeito de fábrica ou transporte, a vencedora se responsabiliza em substituir os mesmos, por um veículo novo de mesmo modelo ou superior, no prazo de 48h.

19.5. Os veículos estarão sujeitos à aceitação pelo DETRAN/AC, o qual caberá o direito de recusar, caso não estejam de acordo com o especificado;

19.6. O pagamento será mensal, descontados os dias de falta, em que os veículos não estiverem em circulação prestando serviços, devidamente justificado e aceito pelo fiscal;

19.7. O mau comportamento do condutor ou desempenho do serviço prestado poderá ser motivo de rescisão contratual;

19.8. **O DETRAN/AC fornecerá somente o combustível (Diesel S-10), por meio de cartão magnético, as demais despesas e manutenções com o veículo correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**

19.9. **O veículo poderá deslocar-se para municípios do estado, as despesas com condutor, por exemplo, alimentação e demais despesas correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**

19.10. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no Departamento Estadual de Trânsito do Acre, órgão emitente da Nota de Empenho, dirigida à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do serviço;

19.11. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado sujeitar-se-á as penalidades constantes do item “Sanções”.

19.12. Para recebimento de demandas, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e e-mail, no horário comercial, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 17:00h, e, caso seja necessário, atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para a CONTRATANTE;

19.13. A CONTRATADA não poderá alterar o objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia ao CONTRATANTE que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada;

19.14. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 5 (cinco) dias após a **Ordem de Serviço**;

19.15. **Os veículos locados** deverão ser entregues, data e hora indicados pelo CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

19.16. Qualquer despesa com transporte e/ou frete ou demais custos relativos a entrega do objeto licitado, correrão por

conta da empresa vencedora do certame.

19.17. Os veículos a serem contratados enquadram-se na definição de comuns conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos;

19.18. A locação do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

19.19. A falta de quaisquer dos serviços necessários ao atendimento das demandas não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

19.20. Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

19.21. Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvido em razão da prestação desses serviços, objeto deste termo, não cabendo ao DETRAN/AC quaisquer custos adicionais;

19.22. Os Veículos deverão estar identificados com a identidade visual fornecida pelo DETRAN/AC.

19.23. **Será aceita a proposta que atenda a todos os requisitos especificados no Edital e seus anexos, sendo vencedora a empresa que apresentar MENOR PREÇO POR ITEM.**

19.24. A contratante **poderá** realizar uma vistoria completa no veículo antes da contratação, a fim de verificar o seu estado e o atendimento aos requisitos mínimos especificados neste Termo de Referência.

## 20. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. No intuito de resguardar a adequada execução contratual e garantir a segurança da prestação dos serviços, o DETRAN/AC exigirá, **como condição para a assinatura do contrato**, a apresentação dos seguintes documentos e comprovações pela empresa contratada, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):

### 20.2. Relação de Empregados Alocados

20.2.1. Apresentação de relação nominal dos empregados designados para a execução dos serviços contratados, contendo as seguintes informações mínimas:

- Nome completo, número do CPF, cargo ou função;
- Valor do salário mensal, carga horária mensal, período de vínculo empregatício;
- Valor recolhido a título de FGTS e INSS;
- Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
- Outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da contratada.

### 20.3. Requisitos para os Condutores dos Veículos

20.3.1. A empresa contratada deverá apresentar, para cada condutor designado, os seguintes documentos:

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria mínima “D”, compatível com **Micro-Ônibus**, conforme o art. 143, inciso IV, da Lei nº 9.503/1997 (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 789/2020.
- **Comprovação de que o condutor não cometeu, nos últimos 12 (doze) meses, infrações de trânsito que resultem em penalidades e medidas administrativas, conforme o disposto no art. 138, § 2º do CTB;**
- Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e/ou Federal;
- Nada Consta emitido pelo DETRAN/AC;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente assinada;
- RG e CPF do condutor;
- Comprovante de realização de exame toxicológico, nos termos do art. 148-A do CTB, obrigatório para condutores das categorias C, D e E.

Parágrafo único. Caso a documentação apresentada seja em cópia simples, deverá estar acompanhada dos respectivos originais para conferência, no momento da entrega.

### 20.4. Requisitos para os Veículos

- Capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros;



- Ano de fabricação/modelo a partir de 2023;
- Veículo equipado conforme exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

20.4.1. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão apresentar os seguintes documentos:

- **Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em situação regular perante o Departamento Estadual de Trânsito, independente da unidade federativa;**
- Contrato de compra e venda, ou termo de cessão de uso, quando o veículo não pertencer diretamente à contratada;
- Vistoria técnica do veículo, expedida pela Divisão de Transportes do DETRAN/AC, atestando as condições de segurança, conservação e funcionamento adequado ao serviço a ser prestado.

## 21. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

- 21.1. A gestão do contrato será efetuada por servidor responsável, nomeado através de portaria, na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será indicado para atuar na qualidade de “gestor do contrato”.
- 21.2. A execução, acompanhamento e fiscalização da entrega dos Serviços, serão de responsabilidade do ***Chefe da Divisão de Transportes*** na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será nomeado “***fiscal do contrato***”, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:
- 21.3. Acompanhar a execução físico-financeira do contrato, assim como **o preenchimento correto do DIÁRIO DE BORDO**, contendo todos os percursos/rotas, horários, odômetros de saída e chegada, etc., e apresentá-lo no ato de pagamento.
- 21.4. Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;
- 21.5. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 21.6. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;
- 21.7. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;
- 21.8. Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;
- 21.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 21.10. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias** do recebimento, após devidamente atestadas pelo fiscal;
- 22.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o proposto;
- 22.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega dos serviços;
- 22.4. O DETRAN/AC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 22.5. A solicitação para fornecimento do objeto se dará através de Ordem de Serviço, assinada pelo servidor nomeado na qualidade de “gestor do contrato”, e será encaminhada à Contratada informando a quantidade.
- 22.6. Fornecer o combustível, ficando as demais despesas e manutenções do veículo a cargo do proprietário e/ou contratado.

## 23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. Zelar pela padronização e qualidade dos veículos locados;
- 23.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto, quando apresentar-se, danificado ou com qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, ou ainda por outro motivo apurado pela fiscalização deste DETRAN.
- 23.3. Proceder à entrega dos serviços de acordo com o proposto na licitação, na **Divisão de Transporte**, situada na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera – Rio Branco/AC, a fim de averiguar a compatibilidade dos objetos entregues, com as especificações constantes neste Termo.

- 23.4. Ressarcir o DETRAN/AC do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio Contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas, que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo DETRAN/AC;
- 23.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário a execução do objeto do contrato;
- 23.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao DETRAN/AC ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA ou auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na pessoa de preposto (representantes).
- 23.7. Promover a entrega do objeto no prazo, local e condições propostas, sem qualquer ônus adicional ao DETRAN/AC;
- 23.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos serviços a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 23.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 23.10. Substituir imediatamente qualquer veículo que não atendam ao disposto no Termo de Referência sem direito a ressarcimento e sem ônus para a CONTRATANTE;
- 23.11. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante
- 23.12. Executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações, condições e descrições constantes deste Termo de Referência;
- 23.13. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;
- 23.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços contratados;
- 23.15. Dar plena garantia sobre a qualidade do veículo locado por no mínimo 12 (doze) meses sem limites de quilometragem, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos, pela entrega do mesmo em desconformidade com o especificado no Edital, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da CONTRATADA.
- 23.16. Nesse período, o fornecedor estará obrigado a reparar ou substituir os equipamentos e peças defeituosas, às suas expensas, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes, assegurando assistência técnica de boa qualidade durante o período de garantia oferecido em sua proposta;
- 23.17. A contratada deverá providenciar e comprovar a inscrição do veículo a ser entregue junto ao RENAVAM, observados os números dos chassis, categoria, combustível, ano, cor e demais características de cada veículo, bem como o atendimento das exigências do Código de Trânsito Brasileiro e de todas as resoluções que o complementam;
- 23.18. **Apresentar como condição de assinatura do contrato, o Seguro contra Terceiros, para cobertura de cada um dos veículos e para o condutor.**
- 23.19. **Realizar o pagamento do seguro obrigatório, referente ao ano da entrega do veículo, assim como nos anos subsequentes, comprovando por meio de entrega de cópia do pagamento ao DETRAN/AC.**
- 23.20. **Será de responsabilidade da contratada arcar e quitar com os custos relativos a multas que venham a receber o condutor/veículo durante a vigência do contrato.**
- 23.21. O fornecedor deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;
- 23.22. **A contratada deverá fornecer à contratante condutor disponível, caso houver necessidade de deslocamentos para municípios, COM DESPESAS por conta da Contratada.**
- 23.23. **A contratada deverá arcar com todas as DESPESAS do condutor durante os deslocamentos.**
- 23.24. Para assinatura de contrato de locação de veículos, pessoa física ou jurídica, a apresentação de documentos de propriedade dos veículos, não sendo proprietária dos mesmos, deverá apresentar documentação hábil, devidamente registrada em Cartório de Títulos e Documentos, comprovando a sua cessão, locação ou “leasing”, tais como: cópia autenticada do documento de propriedade do veículo, nota fiscal emitida por montadora ou revenda autorizada (1ª via) original, contratos, etc.
- 23.25. **A contratada deverá manter a documentação dos veículos atualizada.**
- 23.26. **Os veículos deverão ficar lotados no DETRAN/AC, com exceção de quando for agendada a manutenção destes.**
- 23.27. A contratada estará sujeita:
- 23.28. Realizar revisões conforme periodicidade indicada pelo Manual do Proprietário (padrão) de cada veículo, durante o prazo de garantia.
- 23.29. **A contratada deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, caso ocorra à paralisação do veículo por problema mecânico, colisão, etc., substituir o veículo por outro com as mesmas características e utilidade.**

23.30. **A contratada deverá comunicar a Divisão de Transporte, com pelo menos 72 (setenta e dois) horas de antecedência, sobre o agendamento da manutenção dos veículos.**

23.31. A contratada deverá sempre manter o veículo em perfeito estado de uso, fazendo as manutenções necessárias e obrigatórias, para não prejudicar o andamento das atividades da contratante.

23.32. **A contratada deverá prestar serviços de segunda-feira a sexta-feira, sendo 8 horas por dia (horário de expediente), com 2 horas de almoço, bem como aos sábados e feriados, caso o DETRAN/AC necessite dos serviços nestes dias.**

23.33. **A contratada deverá deixar o veículo a disposição do DETRAN/AC, durante toda a vigência do contrato, inexistindo sob qualquer pretexto o pagamento de remunerações extraordinárias.**

23.34. Observar rigorosamente, a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene emanadas pelos Órgãos competentes;

23.35. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos (representantes) no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante;

23.36. O condutor será responsabilizado por quaisquer multas que venham a ser aplicadas.

23.37. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;

23.38. A CONTRATADA deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;

## **24. DOS IMPEDIMENTOS**

24.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de Cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento desta Autarquia.

24.2. É vedada a participação de Sociedades Cooperativas.

## **25. DO PAGAMENTO.**

25.1. O pagamento será efetuado **até o 30º (trigésimo) dia**, mediante apresentação da nota fiscal, referente à entrega dos materiais, e dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos Estadual, referente ao domicílio ou sede da licitante.
- Certidão Negativa de Débitos Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante.
- Certificado de Regularidade FGTS.
- Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
- Extrato do Portal da Transparência, referente ao campo de pesquisa de empresas inidôneas e suspensas.

25.2. A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em nome do Departamento Estadual de Trânsito do Acre, com sede na Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco -Acre, CEP 69918-084, CNPJ nº 01.005.762/0001-43, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;

25.3. O pagamento será feito após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

25.4. A critério da Contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada;

25.5. A nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

25.6. Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargos moratórios por demora de recebimento do valor da fatura que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

25.7. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

25.8. Não será procedido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no contrato;

25.9. As notas fiscais/faturas somente serão aceitas e atestadas pela Divisão de Transporte do DETRAN/AC, após a comprovação da regularidade fiscal por parte da empresa.

25.10. **Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de**

atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

25.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

25.12. Com advento do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os poderes devem utilizar o sistema de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que é feito por meio do endereço eletrônico <http://sefaz.acre.gov.br>.

## 26. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

26.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

26.3. A Contratante realizará ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

26.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/ajuste de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**

26.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido

26.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

26.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

### 26.8. DA REVISÃO

26.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

26.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

26.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

26.8.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

### 26.9. DO REAJUSTE

26.9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

26.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão**

sofrer reajustes após um ano, aplicando-se o índice IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

26.9.3. A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, deverá apresentar um requerimento pleiteando o "reajuste de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.

## **27. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

27.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **28. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DOS CONTRATOS**

28.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, desde que, observado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

28.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

## **29. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

29.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

29.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

## **30. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E EFICÁCIA**

### **30.1. DA VIGÊNCIA**

30.2. A duração dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

30.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **30.4. DA EFICÁCIA**

30.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

30.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

30.4.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

30.4.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

## **31. RESCISÃO CONTRATUAL**

31.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no Decreto Nº 11.363 DE 22/12/2023 e demais legislação pertinente.

## **32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

32.1. Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a Contratada que:

32.1.1. Der causa à inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

32.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

32.1.3. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;

32.1.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

32.1.5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

32.1.6. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

32.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

32.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

32.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

32.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



- 32.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 32.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 32.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 32.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 32.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:
- 32.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 32.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 32.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 32.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.
- 32.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 32.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **33. DAS GARANTIAS**

- 33.1. A contratada deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da homologação da licitação e quando da assinatura do contrato, a garantia de 5% do valor inicial do contrato, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, ficando a critério da contratada as seguintes formas de garantia:
- 33.2. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 33.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa.
- 33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;
- 33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme Art.96, da Lei 14.133/2021:
- a) I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - b) II - seguro-garantia;
  - c) III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
  - d) IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

### **34. ANTICORRUPÇÃO**

- 34.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.
- 34.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.
- 34.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do DETRAN/AC, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: [ouvidoria.detran@ac.gov.br](mailto:ouvidoria.detran@ac.gov.br)

Telefone: (68) 3215-4160

Ramal: 2007

Endereço: Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Cep: 69919-600.

### **35. DOS CASOS OMISSOS**

35.1. Nos casos omissos neste Termo de Referência, no contrato ou em situações que, por sua natureza, não tenham sido expressamente previstas nas cláusulas anteriores, as partes deverão observar as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, de forma subsidiária, aplicar as normas de direito público, orientando-se pelos princípios da administração pública, pelas disposições do Código Civil e pela legislação pertinente à matéria.

**ANEXO I-A - PLANILHA DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PLANILHA I - VEÍCULO "MICRO-ÔNIBUS"**

1-VEÍCULO		
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS BÁSICOS		
	1. CUSTO FIXOS	VALOR (R\$)
A	DEPRECIAÇÃO	R\$
B	LICENCIAMENTO	R\$
C	IPVA	R\$
D	SEGUROS	R\$
E	OUTROS (ESPECIFICAR)	R\$
	<b>SUB-TOTAL DE 1.1</b>	R\$
	2. CUSTO VARIÁVEIS	VALOR (R\$)
F	MANUTENÇÃO (PEÇAS)	R\$
G	MANUTENÇÃO (PNEUS E CÂMARAS)	R\$
H	MANUTENÇÃO (MÃO DE OBRA)	R\$
I	REVISÕES	R\$
J	OUTROS (ESPECIFICAR)	R\$
	<b>SUB-TOTAL DE 1.2</b>	R\$
L	<b>CUSTO MENSAL BÁSICO DO VEÍCULO (1.1 + 1.2)</b>	R\$

**PLANILHA 2 - MOTORISTA**

**OBS.: A PLANILHAS AFETA À MÃO DE OBRA (MOTORISTA) DEMONSTRAM A FORMAÇÃO DO CUSTO MENSAL DE (UM) MOTORISTA**

2 - MOTORISTA		
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS		
	1. MÃO DE OBRA	VALOR (R\$)
A	REMUNERAÇÃO (Salário, Adicionais de Periculosidade, Insalubridade e outros)	R\$

B	Insumos de Mão de Obra (vales transporte/a alimentação, Treinamento e outros)	R\$
C	Encargos Sociais/Trabalhistas (INSS, FGTS, SAT, Férias, 13º e outros)	R\$
	<b>SUB-TOTAL DE 2.1</b>	R\$
	<b>DEMAIS COMPONENTES</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
D	Despesas Operacionais e Administrativas	R\$
E	Lucro	R\$
F	Outros (Especificar)	R\$
	<b>SUB-TOTAL DE 2.2</b>	R\$
	<b>2.3</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
G	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	R\$
H	Tributos Estaduais	R\$
I	Tributos Municipais	R\$
J	Outros (Especificar)	R\$
	<b>SUB-TOTAL DE 2.3</b>	R\$
K	<b>CUSTO MENSAL POR MOTORISTA (2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	R\$

Elaborado por:

**Aritana Oliveira de Sousa**  
 Chefe da Divisão de Transportes  
 Portaria N° 467 de 06/05/2025  
 DOE N° 14.015

Responsável Técnico:

**Orlando Sampaio S. Neto**  
 Chefe da Divisão de Licitações  
 Portaria n° 959, de 08/10/2025.  
 DOE n° 14.124

Autorizado:

**Taynara Martins Barbosa**



Documento assinado eletronicamente por **ORLANDO SAMPAIO DOS SANTOS NETO, Chefe de Divisão**, em 28/01/2026, às 09:57, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018831701** e o código CRC **2A10AEAA**.

Referência: Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

SEI nº 0018831701

## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, o Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, ente Autárquico Estadual, inscrito no CNPJ sob o nº\_\_\_\_\_, com sede em (endereço completo), neste ato representado por seu Presidente, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador(a) da cédula de identidade RG n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) neste Município e, seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. \_\_\_\_\_ (nacionalidade), portador da identidade RG n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, domiciliado e residente neste Município, que no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **CONTRATANTE**, com fulcro nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir: e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas., observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos, aplicáveis em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_**, constantes nos autos do Processo nº \_\_\_\_\_, e a respectiva homologação, publicada no Diário Oficial do Estado nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, para eventual contratação dos itens elencados no Encarte, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto a eventual e futura contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com motorista disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito., conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026 e Anexo Único desta Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Quantidade Estimada para a Contratação (A)	Quantidade Estimada para Registro(B)	Valor Mensal Estimado (C)	Valor Total Estimado para Contratação - 12 meses ((A x C) * 12)	Valor Total para Registro - 12 meses ((B x C) * 12)
------	---------------	--	--------------------------------------	---------------------------	---	---

01	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR</b> - Serviço de <u>locação de veículo</u> tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado ( <u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.	02	05			
<b>Valor Total Estimado para Registro (12 meses)</b>						

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AC.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preço.

### 4. CLÁUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 7. CLÁUSULA SETÍMA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência inicial a contar da data de assinatura,

estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.8. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.9. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.10. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.11. Mantiverem sua proposta original.

7.12. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.13. O registro a que se refere o item 7.9 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.16. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.17. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.18. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.20. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.21. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.22. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.23. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.24. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

7.25. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada



## **8. CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

## **9. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da

entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

13.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

**TAYNARA MARTINS BARBOSA**  
PRESIDENTE DO DETRAN/AC,  
CONTRATANTE

**ANDERSON DE SOUZA CASTRO**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **ORLANDO SAMPAIO DOS SANTOS NETO**, Chefe de Divisão, em 28/01/2026, às 09:57, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018914963** e o código CRC **7155C39B**.

**ENCARTE I**

EMPRESA: \_\_\_\_\_; CNPJ Nº \_\_\_\_\_, COM SEDE À  
\_\_\_\_\_, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR.(A)  
\_\_\_\_\_, CPF Nº \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_ / (ÓRGÃO  
EXPEDIDOR) \_\_\_\_ / \_\_\_\_ (UF) \_\_\_\_.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Quantidade Estimada para a Contratação (A)	Quantidade Estimada para Registro(B)	Valor Mensal Estimado (C)	Valor Total Estimado para Contratação - 12 meses ((A x C) * 12)
01	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR -</b> Serviço de <u>locação de veículo</u> tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado ( <u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.	02	05		
<b>Valor Total Estimado para Registro (12 meses)</b>					

Referência: Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

SEI nº 0018914963



## ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DE CONTRATO nº 1/2026/DETRAN - DLIC

CONTRATO DETRAN/AC Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_

### CONTRATO DETRAN/AC Nº XX/2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE – DETRAN/AC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/AC, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.005.762/0001-43, com sede na Estrada Dias Martins, 894, Jardim Primavera, no município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, neste ato representado por sua Presidente, \_\_\_\_\_, brasileira, RG \_\_\_\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_\_, com delegação de competência fixada pela Portaria nº. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008, publicada no D.O.E. de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_\_\_, bem como, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, brasileiro, casado, RG \_\_\_\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_\_, com delegação de competência fixada pela Portaria nº. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008, publicada no D.O.E. de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no MF/CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), portador do RG nº. \_\_\_\_-SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do resultado da Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico Por Registro de Preços nº. \_\_\_\_/202\_\_\_\_, do tipo menor preço por item**, constante do Processo nº. \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei complementar nº 123/2006 e alterações, do Decreto Federal 10.024/19, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com motorista disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR</b> - Serviço de <u>locação de veículo</u> tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado ( <u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação para a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência tem amparo legal amplo na **Lei Federal nº. 14.133/2021, nos Decretos Federais nº 3.555/2000, 11.462/2023 e 10.024/2019**, bem como os **Decretos Estaduais nº 5.965/2010, 11.363/2023, 7.477/2014 e 9.457/2018**, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos e demais legislação pertinente ao processo.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas estimadas, objeto deste Contrato, correrão à conta da seguinte dotação:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
21.23.00.000 – Fiscalização de Trânsito	33.90.39.00 – Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17520700 - Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas de Trânsito

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

##### 5.1. DA VIGÊNCIA

5.2. A duração dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses, a contar de sua assinatura**, podendo ser prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 5.4. **DA EFICÁCIA**

5.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

5.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

5.4.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

5.4.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

### 6. **CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO E REQUISITOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1. Para o serviço de locação dos veículos, objeto deste Termo, a entrega deverá obedecer aos seguintes requisitos:

6.1.1. A primeira entrega deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

6.1.2. As entregas dos veículos, será feita mediante as mesmas especificações e no endereço indicado neste Termo de Referência;

6.1.3. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, **incluindo o pagamento de impostos, tributos, taxas, fretes, transportes, licenciamento, emplacamento e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o serviço, ainda que não estejam registrados nestes documentos;**

6.1.4. **Compete ao DETRAN o desempenho das atividades de inspeção** de veículos automotores, em conjunto com a unidade adquirente, e do seu emplacamento/registro junto aos órgãos, devendo ter como Ano/Modelo de fabricação o indicado no edital da licitação;

6.1.5. O veículo a ser locado deverá ser seminovo ou novo, **com ano e modelo de fabricação no mínimo de 2023** ;

6.1.6. As empresas que não cumprirem o prazo estipulado sofrerão as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.1.7. Proceder à entrega do veículo/serviço de acordo com o proposto na licitação no local indicado:

**a) Divisão de Transportes, situado na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, CEP 69919-600;**

6.1.8. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto, incluindo o pagamento de impostos, taxas e emolumentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas que houver;

#### 6.2. **Do recebimento provisório:**

a) O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega do objeto acompanhado da assinatura de servidor designado, em requisição de entrega, canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a.1) Os veículos deverão estar em plenas condições de funcionamento, sem sinais externos de avaria de transporte;

a.2) As condições dos veículos deverão estar em conformidade com este Termo e com as normas técnicas vigentes;

#### 6.3. **Do recebimento definitivo:**

6.3.1. O recebimento definitivo dos bens contratados, deverá ser efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, por representante designado pela Administração para este fim, e ocorrerá apenas após a verificação da conformidade com as especificações e também após satisfeitas as condições abaixo:

a) Compatibilidade do serviço entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como, na proposta da empresa fornecedora;

b) Conformidade do documento fiscal, quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preço unitário e total;

c) Após verificação física que constate a integridade do material;

6.3.2. Os atrasos na prestação dos serviços e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo ser aplicadas as sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas;

### 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. No intuito de resguardar a adequada execução contratual e garantir a segurança da prestação dos serviços, o DETRAN/AC exigirá, **como condição para a assinatura do contrato**, a apresentação dos seguintes documentos e comprovações pela empresa contratada, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Código de Trânsito

Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):

## 7.2. **Relação de Empregados Alocados**

7.2.1. Apresentação de relação nominal dos empregados designados para a execução dos serviços contratados, contendo as seguintes informações mínimas:

- Nome completo, número do CPF, cargo ou função;
- Valor do salário mensal, carga horária mensal, período de vínculo empregatício;
- Valor recolhido a título de FGTS e INSS;
- Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
- Outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da contratada.

## 7.3. **Requisitos para os Condutores dos Veículos**

7.3.1. A empresa contratada deverá apresentar, para cada condutor designado, os seguintes documentos:

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria mínima “D”, compatível com **Micro-Ônibus**, conforme o art. 143, inciso IV, da Lei nº 9.503/1997 (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 789/2020.
- **Comprovação de que o condutor não cometeu, nos últimos 12 (doze) meses, infrações de trânsito que resultem em penalidades e medidas administrativas, conforme o disposto no art. 138, § 2º do CTB;**
- Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e/ou Federal;
- Nada Consta emitido pelo DETRAN/AC;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente assinada;
- RG e CPF do condutor;
- Comprovante de realização de exame toxicológico, nos termos do art. 148-A do CTB, obrigatório para condutores das categorias C, D e E.

Parágrafo único. Caso a documentação apresentada seja em cópia simples, deverá estar acompanhada dos respectivos originais para conferência, no momento da entrega.

## 7.4. **Requisitos para os Veículos**

7.4.1. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão apresentar os seguintes documentos:

- **Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em situação regular perante o Departamento Estadual de Trânsito, independente da unidade federativa;**
- Contrato de compra e venda, ou termo de cessão de uso, quando o veículo não pertencer diretamente à contratada;
- Vistoria técnica do veículo, expedida pela Divisão de Transportes do DETRAN/AC, atestando as condições de segurança, conservação e funcionamento adequado ao serviço a ser prestado.

## 8. **CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR**

8.1. O valor deste contrato é de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx);

## 9. **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias** do recebimento, após devidamente atestadas pelo fiscal;

9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o proposto;

9.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega dos serviços;

9.4. O DETRAN/AC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.5. A solicitação para fornecimento do objeto se dará através de Ordem de Serviço, assinada pelo servidor nomeado na qualidade de “gestor do contrato”, e será encaminhada à Contratada informando a quantidade.

9.6. Fornecer o combustível, ficando as demais despesas e manutenções do veículo a cargo do proprietário e/ou contratado.



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Zelar pela padronização e qualidade dos veículos locados;
- 10.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto, quando apresentar-se, danificado ou com qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, ou ainda por outro motivo apurado pela fiscalização deste DETRAN.
- 10.3. Proceder à entrega dos serviços de acordo com o proposto na licitação, na **Divisão de Transporte**, situada na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera – Rio Branco/AC, a fim de averiguar a compatibilidade dos objetos entregues, com as especificações constantes neste Termo.
- 10.4. Ressarcir o DETRAN/AC do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio Contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas, que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo DETRAN/AC;
- 10.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário a execução do objeto do contrato;
- 10.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao DETRAN/AC ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA ou auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na pessoa de preposto (representantes).
- 10.7. Promover a entrega do objeto no prazo, local e condições propostas, sem qualquer ônus adicional ao DETRAN/AC;
- 10.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos serviços a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 10.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 10.10. Substituir imediatamente qualquer veículo que não atendam ao disposto no Termo de Referência sem direito a ressarcimento e sem ônus para a CONTRATANTE;
- 10.11. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante
- 10.12. Executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações, condições e descrições constantes deste Termo de Referência;
- 10.13. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;
- 10.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços contratados;
- 10.15. Dar plena garantia sobre a qualidade do veículo locado por no mínimo 12 (doze) meses sem limites de quilometragem, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos, pela entrega do mesmo em desconformidade com o especificado no Edital, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da CONTRATADA.
- 10.16. Nesse período, o fornecedor estará obrigado a reparar ou substituir os equipamentos e peças defeituosas, às suas expensas, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes, assegurando assistência técnica de boa qualidade durante o período de garantia oferecido em sua proposta;
- 10.17. A contratada deverá providenciar e comprovar a inscrição do veículo a ser entregue junto ao RENAVAM, observados os números dos chassis, categoria, combustível, ano, cor e demais características de cada veículo, bem como o atendimento das exigências do Código de Trânsito Brasileiro e de todas as resoluções que o complementam;
- 10.18. **Apresentar como condição de assinatura do contrato, o Seguro contra Terceiros, para cobertura de cada um dos veículos e para o condutor.**
- 10.19. **Realizar o pagamento do seguro obrigatório, referente ao ano da entrega do veículo, assim como nos anos subsequentes, comprovando por meio de entrega de cópia do pagamento ao DETRAN/AC.**
- 10.20. **Será de responsabilidade da contratada arcar e quitar com os custos relativos a multas que venham a receber o condutor/veículo durante a vigência do contrato.**
- 10.21. O fornecedor deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;
- 10.22. **A contratada deverá fornecer à contratante condutor disponível, caso houver necessidade de deslocamentos para municípios, COM DESPESAS por conta da Contratada.**
- 10.23. **A contratada deverá arcar com todas as DESPESAS do condutor durante os deslocamentos.**
- 10.24. Para assinatura de contrato de locação de veículos, pessoa física ou jurídica, a apresentação de documentos de propriedade dos veículos, não sendo proprietária dos mesmos, deverá apresentar documentação hábil, devidamente registrada em Cartório de Títulos e Documentos, comprovando a sua cessão, locação ou “leasing”, tais como: cópia autenticada do documento de propriedade do veículo, nota fiscal emitida por montadora ou revenda autorizada (1ª via) original, contratos, etc.

- 10.25. **A contratada deverá manter a documentação dos veículos atualizada.**
- 10.26. **Os veículos deverão ficar lotados no DETRAN/AC, com exceção de quando for agendada a manutenção destes.**
- 10.27. A contratada estará sujeita:
- 10.28. Realizar revisões conforme periodicidade indicada pelo Manual do Proprietário (padrão) de cada veículo, durante o prazo de garantia.
- 10.29. **A contratada deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, caso ocorra à paralisação do veículo por problema mecânico, colisão, etc., substituir o veículo por outro com as mesmas características e utilidade.**
- 10.30. **A contratada deverá comunicar a Divisão de Transporte, com pelo menos 72 (setenta e dois) horas de antecedência, sobre o agendamento da manutenção dos veículos.**
- 10.31. A contratada deverá sempre manter o veículo em perfeito estado de uso, fazendo as manutenções necessárias e obrigatórias, para não prejudicar o andamento das atividades da contratante.
- 10.32. **A contratada deverá prestar serviços de segunda-feira a sexta-feira, sendo 8 horas por dia (horário de expediente), com 2 horas de almoço, bem como aos sábados e feriados, caso o DETRAN/AC necessite dos serviços nestes dias.**
- 10.33. **A contratada deverá deixar o veículo a disposição do DETRAN/AC, durante toda a vigência do contrato, inexistindo sob qualquer pretexto o pagamento de remunerações extraordinárias.**
- 10.34. Observar rigorosamente, a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene emanadas pelos Órgãos competentes;
- 10.35. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos (representantes) no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante;
- 10.36. O condutor será responsabilizado por quaisquer multas que venham a ser aplicadas.
- 10.37. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;
- 10.38. A CONTRATADA deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

- 11.1. A gestão do contrato será efetuada por servidor responsável, nomeado através de portaria, na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será indicado para atuar na qualidade de “gestor do contrato”.
- 11.2. A execução, acompanhamento e fiscalização da entrega dos Serviços, serão de responsabilidade do ***Chefe da Divisão de Transportes*** na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será nomeado “***fiscal do contrato***”, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:
- 11.3. Acompanhar a execução físico-financeira do contrato, assim como **o preenchimento correto do DIÁRIO DE BORDO**, contendo todos os percursos/rotas, horários, odômetros de saída e chegada, etc., e apresentá-lo no ato de pagamento.
- 11.4. Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;
- 11.5. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 11.6. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;
- 11.7. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;
- 11.8. Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;
- 11.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 11.10. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

- 12.1. O pagamento será efetuado **até o 30º (trigésimo) dia**, mediante apresentação da nota fiscal, referente à entrega

dos materiais, e dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos Estadual, referente ao domicílio ou sede da contratada.
- Certidão Negativa de Débitos Municipal, referente ao domicílio ou sede da contratada.
- Certificado de Regularidade FGTS.
- Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
- Extrato do Portal da Transparência, referente ao campo de pesquisa de empresas inidôneas e suspensas.

12.2. A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em nome do Departamento Estadual de Trânsito do Acre, com sede na Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco -Acre, CEP 69918-084, CNPJ nº 01.005.762/0001-43, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;

12.3. O pagamento será feito após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

12.4. A critério da Contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada;

12.5. A nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

12.6. Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargos moratórios por demora de recebimento do valor da fatura que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

12.7. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

12.8. Não será procedido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no contrato;

12.9. As notas fiscais/faturas somente serão aceitas e atestadas pela Divisão de Transporte do DETRAN/AC, após a comprovação da regularidade fiscal por parte da empresa.

12.10. **Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I = Índice de atualização Financeira;**

**TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**

**EM = Encargos Moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da Parcela em atraso**

12.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.12. Com advento do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os poderes devem utilizar o sistema de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que é feito por meio do endereço eletrônico <http://sefaz.acre.gov.br>.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.3. A Contratante realizará ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada não poderá suspender o serviço e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**

13.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

13.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### 13.8. **DA REVISÃO**

13.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

13.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.8.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

#### 13.9. **DO REAJUSTE**

13.9.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano, aplicando-se o índice IPCA**, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

13.9.3. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, deverá apresentar um requerimento pleiteando o "reajuste de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**

#### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DO CONTRATO**

14.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, desde que, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, conforme art. 125 Lei nº 14.133 de 2021.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

15.1. **As despesas com deslocamento do motorista, para os municípios, serão pagas pela contratada e deverão estar incluídas dentro da proposta apresentada pela empresa.**

15.2. Em caso comprovado de danificação dos **veículos** por defeito de fábrica ou transporte, a vencedora se responsabiliza em substituir os mesmos, por um veículo novo de mesmo modelo ou superior, no prazo de 48h.

15.3. Os veículos estarão sujeitos à aceitação pelo DETRAN/AC, o qual caberá o direito de recusar, caso não estejam de acordo com o especificado;

15.4. O pagamento será mensal, descontados os dias de falta, em que os veículos não estiverem em circulação prestando serviços, devidamente justificado e aceito pelo fiscal;

15.5. O mau comportamento do condutor ou desempenho do serviço prestado poderá ser motivo de rescisão contratual;

15.6. **O DETRAN/AC fornecerá somente o combustível (Diesel S-10), as demais despesas e manutenções com o veículo correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**

15.7. **O veículo poderá deslocar-se para os municípios, as despesas com motorista, por exemplo, alimentação e demais despesas correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**

15.8. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa

protocolada no Departamento Estadual de Trânsito do Acre, órgão emitente da Nota de Empenho, dirigida à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do serviço;

15.9. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado sujeitar-se-á as penalidades constantes do item “Sanções”.

15.10. Para recebimento de demandas, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e e-mail, no horário comercial, de segunda a sexta feira, das 07:00 às 14:15h, e, caso seja necessário, atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para a CONTRATANTE;

15.11. A CONTRATADA não poderá alterar o objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia ao CONTRATANTE que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada;

15.12. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 5 (cinco) dias após a **Ordem de Serviço**;

15.13. **Os veículos locados** deverão ser entregues, data e hora indicados pelo CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

15.14. Qualquer despesa com transporte e/ou frete ou demais custos relativos a entrega do objeto do contrato, correrão por conta da empresa contratada.

15.15. **Os veículos** a serem contratados enquadram-se na definição de comuns conforme disposto no art. 1º, da Lei 10.520/02 podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos;

15.16. A locação do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

15.17. A falta de quaisquer dos serviços necessários ao atendimento das demandas não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

15.18. Os Veículos deverão estar identificados com a identidade visual fornecida pelo DETRAN/AC.

15.19. A contratante tem o direito de realizar uma vistoria completa no veículo antes da contratação, afim de verificar o seu estado e se atende conforme especificado no Termo de Referência.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no Decreto Nº 11.363 DE 22/12/2023 e demais legislação pertinente.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a Contratada que:

17.1.1. Der causa à inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

17.1.3. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

17.1.5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

17.1.6. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

17.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:
- 17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.
- 17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, o objeto deste contrato, exceto a permissão de SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de registro, licenciamento e emplacamento, bem como os serviços de transporte dos veículos até os endereços de entrega indicado no Contrato e Termo de Referência, e ainda a subcontratação dos serviços de instalação de acessórios. Os serviços deverão ser realizados por rede autorizada pela fabricante, sem qualquer comprometimento da garantia.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS GARANTIAS**

19.1. A contratada deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da homologação da licitação e quando da assinatura do contrato, a garantia de 5% do valor inicial do contrato, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, ficando a critério da contratada as seguintes formas de garantia:

19.2. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.

19.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa.

19.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;

19.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme Art.96, da Lei 14.133/2021:

- a) I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) II - seguro-garantia;
- c) III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANTICORRUPÇÃO**

20.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

20.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

20.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do DETRAN/AC, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: ouvidoria.detran@ac.gov.br

Telefone: (68) 3215-4160

Ramal: 2007

Endereço: Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Cep: 69919-600.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

21.1. Nos casos omissos neste contrato, no termo de referência ou em situações que, por sua natureza, não tenham sido expressamente previstas nas cláusulas anteriores, as partes deverão observar as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, de forma subsidiária, aplicar as normas de direito público, orientando-se pelos princípios da administração pública,

pelas disposições do Código Civil e pela legislação pertinente à matéria.

**TAYNARA MARTINS BARBOSA**  
PRESIDENTE DO DETRAN/AC,  
CONTRATANTE

**ANDERSON DE SOUZA CASTRO**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
CONTRATANTE

CONTRATADA

#### ANEXO I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR -</b> Serviço de <u>locação de veículo</u> tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado ( <u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.	02	R\$	R\$
<b>Valor Total para 12 meses</b>				<b>R\$</b>



Documento assinado eletronicamente por **ORLANDO SAMPAIO DOS SANTOS NETO, Chefe de Divisão**, em 28/01/2026, às 09:57, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018912451** e o código CRC **8E283079**.





## ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

### CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

OU

### INSERIR A TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA AQUI

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	XX	XX	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

#### Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
4. **NOTA EXPLICATIVA:**
  - 1.- O LICITANTE DEVERÁ CADASTRAR NO SISTEMA "COMPRASNET" O VALOR TOTAL DA COLUNA (F) (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO) .
  - 2.- A coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO ) se dar da multiplicação da coluna D (VALOR UNITÁRIO) e da coluna E (QTDE DE MESES).
  - 3.- A coluna G (VALOR TOTAL PRA 12 MESES) se dar da multiplicação da coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO ) e da coluna B (QTDE PARA REGISTRO). A FORMULAÇÃO DOS LANCES TAMBÉM DEVERÁ OBEDECER A ESTE MESMO CRITÉRIO.

## ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

**NÃO SE APLICA**

---

**Referência:** Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

SEI nº 0019249666